

IMUNIDADE E/OU ISENÇÃO TRIBUTÁRIA NO TERCEIRO SETOR: O CASO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E O ICMS NOS SERVIÇOS ESTATAIS

José Olivã de Santana

O Direito Tributário é um ramo do Direito Público que tem por objetivo regular e normatizar as relações entre arrecadador e contribuinte, seja este, de fato ou de direito. Suas normas alcançam o contribuinte quando este realiza uma compra, uma venda, enfim quando o ato envolver qualquer modalidade de tributo que, do ponto de vista legal, pode ser: imposto, taxas e contribuições de melhoria. No que tange a essas espécies tributárias, estão elas reguladas pelo Código Tributário Nacional, cada qual com sua respectiva função, qual seja alcançar o ato praticado pelo contribuinte para o colocar no pólo passivo da arrecadação. Neste sentido têm o Estado objetivado arrecadar mais e mais. Diante dessa vontade imperiosa do Estado surge, no âmbito constitucional a imunidade, um obstáculo ao poder tributante,, que tem condão de oferecer um limite na instituição dos tributos. Concomitante à imunidade, existe a isenção tributária prevista na legislação infraconstitucional, pela qual o contribuinte, mesmo tendo se configurado no pólo passivo da relação, não paga pelo tributo devido. Essa isenção ou imunidade é oferecida, entre outros, ao Terceiro Setor, que é compreendido pelas entidades religiosas, sociais, partidos políticos etc. desde que não possuam fins lucrativos, não sejam governamental, sejam pessoas jurídicas constituídas e tenham gestão própria e ainda desenvolvam ações pertinentes a área social do Estado. Dentre as várias modalidades de tributos destaca-se o imposto e, dentre todos os impostos, centramos nossa atenção no ICMS , visto ser um imposto responsável por uma arrecadação muito grande aos cofres do Estado. Portanto requer identificar sua incidência, competência, função, fato gerador, alíquota, base de cálculo e contribuinte. Ainda, apreciar as controvérsias acerca do ICMS no tocante a imunidade e isenção, discussões estas pautadas tanto no âmbito legal, doutrinário e jurisprudencial, voltada à imunidade e isenção. Mostrar as leis já existentes no âmbito estadual, bem como projetos de leis voltado a esse tema.

Palavras Chaves: Imunidade, Isenção, terceiro Setor, ICMS.